

5ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES EXECUTIVAS DO PPCDAM E PPCERRADO

29 DE MAIO DE 2018

Horário: das 9h às 18h.

Local: Ministério do Meio Ambiente, Esplanada dos Ministérios, bloco B, 8º andar, sala 814.

Participantes: Lista de presença em anexo.

Elaboração da memória: Secretaria Executiva do PPCDAm e PPCerrado (DFCD/SMCF/MMA)

Aprovação: Memória aprovada pelas Comissões na 6ª reunião, realizada no dia 11 de setembro de 2018

1. Abertura e apresentação dos pontos de pauta

- Na qualidade de coordenador-suplente das Comissões Executivas, o diretor de Florestas e Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Jair Schmitt, inaugurou a 5ª reunião conjunta das comissões do PPCDAm e do PPCerrado.
- O MMA frisou a importância da reunião e da relevância da pauta de combate ao desmatamento. Em seguida, apresentou a proposta de pauta para apreciação dos membros, que foi aprovada nos seguintes termos:

Horário	Atividade	Responsável
9h00	Abertura	MMA
9h10	Aprovação da memória da 4ª reunião (12 de dezembro de 2017)	MMA
9h20	Informes da Secretaria Executiva dos Planos	MMA
9h45	Informe sobre o monitoramento da cobertura vegetal na Amazônia e no Cerrado	Inpe, Censipam e Ibama
10h30	Desmatamento em unidades de conservação	ICMBio
11h00	Relatos sobre evolução de linhas de ações estratégicas do PPCDAm e PPCerrado	MMA
12h00	<i>Almoço</i>	
14h00	Apresentação da proposta do Programa Municípios+	Membros
14h40	Considerações sobre a proposta	Membros
15h15	Fortalecimento das Comissões Executivas (revisão do Decreto de 3 de julho de 2003)	Membros
16h00	Outros assuntos e encaminhamentos gerais	Membros
16h45	Definição de calendário para as próximas reuniões	
17h00	Encerramento	MMA

2. Aprovação da memória da 5ª reunião (12 de dezembro de 2017)

- A memória da 4ª reunião, realizada no dia 12 de dezembro, foi aprovada e a Secretaria Executiva informou que as memórias devem em breve ser disponibilizadas no site do MMA para o tema, <http://combateaodesmatamento.mma.gov.br/>.

3. Informes da Secretaria Executiva dos Planos

- O DFCD/MMA compartilhou informações sobre o avanço de agendas de interesse da comissão, e que se relacionam com os objetivos dos planos, a saber:
 - a) **Composição das Comissões:** O MMA solicitou aos membros e convidados permanentes a atualização das indicações das Comissões para atualização de indicados na Portaria nº 338, de 24 de agosto de 2017. Alguns indicados não mais trabalham nas instituições e outras indicações precisam ser corrigidas. O MMA solicitou, assim, que as instituições enviem as novas indicações via ofício no prazo de 15 dias. Para auxiliar os membros, a Secretaria Executiva vai enviar e-mails e, se for o caso, ofícios.
 - b) **Publicação das resoluções:** O MMA informou que, conforme encaminhamento da reunião anterior, foram publicadas as resoluções no Boletim de Serviço do MMA, de 11 de maio de 2018. O Balanço de 2017 será, agora, publicado no site dos Planos (<http://combateadesmatamento.mma.gov.br/>) e as recomendações que foram enviadas por ofício precisam ser respondidas pelos ministérios e entidades solicitados dentro de 60 dias, conforme prazo contido na Resolução aprovada.
 - c) **GTS e GTC Soja:** O MMA participa desde 2008 do grupo da Moratória da Soja, que funciona a partir do compromisso do setor de óleos vegetais de não comprar soja de áreas desmatadas no bioma Amazônia depois de 2008. Desde 2017, o GTS que trabalha na Moratória para a Amazônia, criou um grupo para tratar especificamente do Cerrado, o GT Cerrado, ou GTC, que o MMA vem acompanhando. Apesar de haver questões a serem aprimoradas, como as compras indiretas, o GTC tem trabalhado para criar um acordo para o Cerrado. No caso da Amazônia, as indústrias da Abiove e da Anec estimam que 20% de seus integrantes não estão na moratória, o que não significa que estão comprando de áreas desmatadas ilegalmente. Além do desafio de incluir mais produtores, hoje, os assentamentos, que estavam fora do monitoramento, também passam a ser monitorados. Com relação ao Cerrado, a discussão é mais complexa na visão da indústria pelo maior custo de oportunidade e maior permissão de conversão pela Lei de Proteção da Vegetação Nativa. No entanto, o setor tem afirmado a importância de eliminar o desmatamento ilegal da cadeia produtiva de soja. Foram criados, no âmbito do GTC, três subgrupos (governança pública, inteligência territorial e instrumentos e incentivos econômicos) e espera-se um acordo até o final do ano para sinalizar ao mercado sobre a necessidade de eliminar o desmatamento ilegal no Cerrado. O MAPA comentou que é preciso a conscientização do produtor e que é preciso regulamentar pontos importantes do Código Florestal, como o artigo 41, e criar mecanismos de pagamentos de serviços ambientais. Ressaltou que, ainda, área com floresta em pé é considerada área improdutiva. Assim, não pensar apenas na questão da ilegalidade da cadeia produtiva.
 - d) **Programa de Monitoramento dos Biomas:** O MMA informou que, no dia 23 de maio, ocorreu a reunião do PMABB, instituído por Portaria em 27 de novembro de 2015. O PMABB é um programa para criar um ambiente de articulação e governança entre as instituições que realizam o mapeamento do desmatamento, da área queimada e do uso da terra. A reunião do último dia 23 de maio teve como encaminhamentos: 1) transformar o PMABB em uma iniciativa interministerial; 2) empoderar a Embrapa e o Inpe para realizar levantamento de metodologia e prioridade para ampliação do monitoramento do uso da terra para outros biomas; 3) avaliar e debater o monitoramento da recuperação da vegetação nativa e da vegetação secundária, tendo em vista as metas contidas na Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg), de 12 milhões de ha, e a meta da NDC de recuperação específica de florestas; 4) estabelecer diálogo bilateral com MCTIC para avaliar o alinhamento do TerraClass e do inventário nacional de emissões. O MMA frisou a importância de avançar no monitoramento do uso da terra para outros biomas, tendo em conta as políticas que são desenvolvidas com base nesses mapeamentos, sendo o PPCDAm o exemplo mais emblemático.

- e) **Fundo Amazônia:** O MMA informou que o Fundo Amazônia lançou uma Chamada Pública para apoiar as cadeias produtivas sustentáveis, no valor de R\$ 150 milhões, fortalecendo a sintonia do Fundo com as políticas públicas federais, principalmente com o PPCDAm. O Fundo é uma oportunidade para apoiar medidas estruturantes e não apenas de monitoramento e controle. Foi informado pelo MMA que há também uma chamada para recuperação da vegetação nativa no valor de R\$ 200 milhões. Além disso, está em discussão a elaboração de novos critérios orientadores para assentamentos, concessão florestal e ZEE nos estados da Amazônia para induzir projetos. Há outra medida para ajustar o Decreto que cria o Fundo Amazônia de modo que 20% dos recursos possam ser utilizados também para recuperação da vegetação nativa em outros biomas, além das possibilidades de monitoramento. O BNDES complementou que o Fundo, em 2018, completa 10 anos de operação, com uma carteira de 97 projetos contratados e aprovados, com 1,75 bilhão de reais. Em junho de 2018, haverá uma série de eventos na Noruega para comunicação e divulgação do Fundo. É uma demanda da Noruega, pois o Fundo é o maior receptor de recursos para florestas. No âmbito do edital de recuperação da vegetação nativa, aberto até dia 10 de agosto, informou que, em abril, houve quatro oficinas de capacitação e divulgação dessa chamada em Brasília e cidades da Amazônia. Com relação à reunião do COFA, a ser realizada no começo de junho em Brasília, serão discutidas orientações para projetos em assentamentos. A cada biênio, são elencadas prioridades de acordo com o PPCDAm. O COFA tem a prerrogativa de publicar as orientações, para temas específicos, e induz como os projetos devem ser apresentados ao Fundo. Em outubro, por exemplo, foi apresentado nessa Comissão os critérios orientadores para projetos de fiscalização. Embora as áreas de assentamentos serem prioritárias para o PPCDAm, nunca se discutiu um apoio específico para esse grupo. A intenção do COFA é, portanto, induzir e qualificar os projetos. O Banco informou que está prevista uma rodada de apresentação e divulgação dessas orientações, que são concebidos em parceria com o MMA e discutido com as instituições envolvidas. Nesse caso, foi discutido com o Incra, a SEAD e o terceiro setor.
- O MAPA perguntou sobre a possibilidade de projetos de recuperação de áreas degradadas para outros tipos de produtores que não apenas agricultores familiares, destacando a importância da Ater para o produtor rural realizar a recuperação. Reforçou que o apoio aos pequenos é essencial para que ele não complemente sua renda nas atividades ilegais de corte de madeira. É preciso que ele tenha renda e subsistência na sua área não apenas para recuperação da vegetação nativa, mas da área produtiva.
 - O BNDES esclareceu que, de fato, o público prioritário do Fundo são os pequenos produtores (imóveis rurais com até 4 módulos fiscais), assentamentos, habitantes de UC e a agricultura familiar. Disse ainda que a deliberação sobre o público alvo dos projetos cabe ao COFA. Contudo, no caso da chamada de recuperação, a previsão de inclusão do público alvo dos médios não foi aprovada pelo COFA.

4. Apresentação dos dados do desmatamento - (INPE, Ibama e Censipam)

- O INPE não pôde comparecer em virtude de dificuldades logísticas causadas pela falta de combustíveis nos aeroportos. O MMA então apresentou a taxa consolidada de 2017, 12% superior à taxa do ano anterior. Apresentou os dados do Deter-B (56 a 60 metros de resolução) e frisou que este sistema não é usado para medir o desmatamento. O Deter-B possui diversas classes de monitoramento, sendo que todas têm o potencial de se transformar em taxa (mensurada pelo Prodes). Por isso é considerado um sistema de alerta. Considerando todas as classes do Deter-B, o MMA informou que há uma tendência de aumento do desmatamento em relação aos anos anteriores, o que acende uma luz amarela para o Governo. No período até julho, as chuvas são reduzidas e o desmatamento é facilitado. É a janela do desmatamento, que tem a ver com a safra também. Considerando apenas as classes de solo exposto, com vegetação e mineração, em 2016 havia 3.700 km², já em 2017 foram 3.573 km² e, em 2018, essas classes já somam 3.711 km², mostrando a tendência de aumento. Importante dizer que não necessariamente haverá aumento. A apresentação contou com navegação no portal “Terrabrasilis”, nova plataforma desenvolvida pelo INPE para disponibilizar em tempo real, e com interface gráfica modernizada, os dados do desmatamento. (<http://terrabrasilis.info/DETER-B/>). Olhando os valores de alerta, é importante que

5ª Reunião Conjunta das Comissões Executivas

Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAm
Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado

o PPCDAm tenha respostas, ações. Adicionalmente, o MMA chamou a atenção para o aumento das cicatrizes de fogo maiores no ano de 2018 quando comparado aos anos anteriores.

- **GSI/PR:** O GSI/PR informou que é responsável pela apreciação do PAOF 2019, por meio de uma Nota Técnica do Conselho de Defesa Nacional (CDN) e que, segundo dados do Prodes, a gleba Curuquetê está com alto desmatamento. Diante desse dado preocupante, solicitou informações e sugeriu que essa informação sobre desmatamento conste no PAOF, dado que o objetivo de fazer manejo florestal sustentável (MFS) na área posteriormente pode ser comprometido. Frisou que o GSI entende que a implementação do MFS é um meio importante para conservar a floresta.
- **O SFB** esclareceu que a região da gleba Curuquetê apresenta atividade de grilagem, exploração ilegal e, por essas razões, foi escolhida para testar a concessão em área destinada fora de Florestas Nacionais. A gleba é muito grande, havendo necessidade de averiguar se há invasão da área a ser concedida ou se a situação relatada pelo GSI ocorreu em área longe da área a ser concedida.
- **O Ibama** esclareceu que a gleba Curuquetê possui intensa ação madeireira nos últimos 5 anos. Infelizmente, o desmatamento avançou muito, principalmente perto do Parque Mapinguari. Há situação de madeira esquentada em planos de manejo no sul do Amazonas. Afirmou que é preciso avaliar as razões do incentivo de ocupação dessa área e citou a morte de uma liderança local que acabou provocando a explosão da especulação imobiliária com implantação de pastagens. Sobre cicatriz de fogo, o Ibama vai avançar na análise dos dados, pois, geralmente, quando há um ano com intensos focos de calor, há alerta para o ano seguinte. Nas áreas que queimam, a floresta fica fragilizada, ampliando o desmatamento nos anos seguintes. Vale lembrar que as florestas amazônicas têm sido fragilizadas primeiro pela exploração seletiva de madeira e, em seguida, pelo fogo.
- **Ibama (apresentação sobre monitoramento):** Apresentou como os sensores remotos estão sendo utilizados para acompanhar as áreas em recuperação. Citou que a conversão de multas está em vigor, de modo que os autuados podem colocar o valor descontado da multa em projetos de recuperação da vegetação. Contudo, frisou que é preciso monitorar para ver se a recuperação foi ou não implementada. Assim, o Ibama, por meio da ferramenta Sat-Veg (da Embrapa) está testando o acompanhamento da recuperação a partir do índice de biomassa (NDVI), observando a evolução da cobertura florestal de uma área. Outro avanço no Ibama foi a fiscalização e controle do desmatamento ilegal remotamente, tendo em vista que é um ilícito que prescreve em apenas 5 anos. Assim, é mais eficaz autuar remotamente: a operação Controle Remoto já tem dois anos e 571 autos enviados. Na mesma lógica, o Ibama tem elaborado os laudos para o Programa Amazônia Protege, em parceria com o MPF, em busca da responsabilização civil do desmatamento ilegal.
- **O CENSIPAM/MD** deu um informativo sobre o Projeto Amazônia SAR, que tem tecnologia de radar orbital. O Fundo Amazônia apoia com um total de R\$ 63,9 milhões e o Censipam com uma contrapartida de R\$ 16,6 milhões. O monitoramento pelo radar é feito com bases nas áreas prioritárias informadas pelo Ibama antes do período de chuvas. Apresentou o fluxo de processos para detecção e compartilhamento dos alertas e o mapa com os alertas de 2016 a 2018.
- **Comentários.** O ICMBio está tentando construir o acordo de cooperação com o Censipam, mas os produtos já estão sendo usados para monitorar desmatamento em UCs. Houve invasões em UCs, como Jamanxim, por exemplo, mas com a composição dos dados do Inpe, do Censipam e análises internas, foi possível realizar operações de fiscalização. Sugeriu uma reunião de avaliação com Ibama e MMA sobre o primeiro ano de implementação do Amazônia Protege, projeto de responsabilização ambiental com o MPF. A SERFAL comentou que a importância de monitorar o desmatamento e as cláusulas resolutivas no Terra Legal. Informou que a SERFAL tem uma parceria com o Ibama, conseguindo extrair as informações dos embargos ambientais e CAR, possibilitando avaliar os títulos. Há, inclusive, estudos comprovando redução do desmatamento em áreas tituladas, mas em outras áreas não. O MMA sugeriu que a SERFAL apresente esse estudo na próxima reunião. O INCRA informou que a equipe está reduzida, dificultando a participação do

instituto. Solicitou acesso aos dados do Censipam, pois as imagens óticas têm limitações para identificação dos desmatamentos.

5. Desmatamento em unidades de conservação (ICMBio)

- Observa-se que em agosto e setembro de 2017, o desmatamento 2017 estava semelhante a 2018. A partir de novembro, há um descolamento entre 2017 e 2018. O que aconteceu foi uma abertura de nuvens antecipadamente, mas, mesmo assim, observa-se tendência de aumento do desmatamento. Há unidades que sempre estão com desmatamento alto. APA do Tapajós está há dois anos como a UC com maior desmatamento, devido às atividades de mineração. Dentro de UC, uma das principais atividades que causa desmatamento é a mineração, que é uma atividade pulverizada e envolve populações muito vulneráveis. Apresentou a Operação Integração 2018, que é uma estratégia sobre o papel das UCs como fator de redução do desmatamento pela sua implementação. A premissa é que uma UC bem implementada é mais eficaz do que as ações de fiscalização em UCs com baixa implementação. São nove frentes de ação em 2018 escolhidas de acordo com a análise anual sobre a dinâmica de desmatamento. Há em curso também uma parceria com o SFB para garantir a integridade das áreas do PAOF. Estão sendo implementadas ações de curto prazo, em parceria com instituições federais, para reverter a alta do desmatamento. São ações a serem feitas até julho, quando encerra o calendário Prodes 2018. Foco também, com o aprimoramento da gestão, nas ações de prevenção.
- **Comentários:** Segundo o MMA, o cenário até julho de 2018 não é confortável. Há um risco de alta do desmatamento. Como Comissão, nos diversos atores com possibilidade de resposta imediata, o aumento do desmatamento na Amazônia tem efeitos negativos tanto interna quanto externamente. Olhando para mudança do clima, o desmatamento, terceira fonte de emissões, continua sendo uma possibilidade de reduzir emissões. Todos devem estar sensibilizados e preocupados com a agenda. Mesmo aqueles que não tem uma implementação direta, é preciso que as linhas de ação do Plano sejam priorizadas e implementadas independentes da iminência de alta do desmatamento.

6. Relatos sobre evolução de linhas de ações estratégicas do PPCDAm e do PPCerrado

- O **MMA** informou que o objetivo das Comissões, de acompanhar as ações dos Planos, deve ser fortalecida e, assim, espera-se um relato de cada membro.
- A **Embrapa** comentou que a ação principal é o Projeto no Fundo Amazônia. Atualmente, os líderes dos projetos em terras indígenas e assentamentos estavam com problemas. Agora, os projetos já estão prontos para iniciar. O BNDES informou que este projeto é uma chamada destinada às unidades descentralizadas da Embrapa, totalizando mais de R\$ 30 milhões.
- O **MMA** relatou uma iniciativa do ministério, chamada de Mobilização Nacional contra o Desmatamento Ilegal. Essa mobilização tem a ver com quatro linhas de trabalho: i) melhorar a comunicação social para que a sociedade perceba que o governo, mesmo com as dificuldades, continua ativo em suas iniciativas; ii) articulação institucional, com reuniões com ministérios, como Minas e Energia para tratar da mineração, reunião com Agricultura e também com os Governadores dos estados com maior desmatamento; iii) estímulo positivo; iv) Comando e controle, que historicamente sempre são postas, mas há uma força tarefa nesse período até julho de 2018. Quanto aos estímulos positivos no curto prazo, destacam-se a possibilidade de ampliar o apoio do Fundo Amazônia para recuperação em outros biomas, critérios orientadores para ZEEs nos estados e outros. Lembrou que o desmatamento ilegal é algo negativo para a imagem do país, pois está associado também a ilícitos. Em breve, serão também divulgados os dados do desmatamento do Cerrado para os anos de 2016-2017.
- O **Ibama** fez um relato sobre as suas ações. Apresentou a especialização de Kernel segundo os dados do último Prodes, mostrando a concentração do desmatamento um pouco diferente da distribuição de Arco do Desmatamento. Considerando a velocidade que ocorre o desmatamento, atualmente, nenhuma instituição sozinha consegue atuar com total eficácia impedindo o

desmatamento. Ao observar os municípios, há concentração de desmatamento nos mesmos locais há anos, com exceção de algumas novas frentes, como Roraima. O Ibama trouxe a reflexão sobre a motivação do desmatamento, sendo que os vetores que o motivam continuam a operar constantemente. O Ibama tem atuado cada vez mais de forma a otimizar seus recursos. Quando se espacializa o desmatamento do Prodes, observa-se que a grande parte do desmatamento é de competência administrativa de fiscalização dos estados, sendo a União responsável por 27% do desmatamento. A responsabilidade criminal tem relação com a dominialidade, como nos assentamentos, a responsabilidade seria da Polícia Federal. O intuito do Ibama é dissuadir o máximo possível. Frisou que é alarmante a ocorrência de desmatamento nos assentamentos, que chega a 27% do Prodes; mas que muitas vezes não é o assentado quem está desmatando. Ainda há grandes desmatamento, como em Querência-MT, que uma área de 4.000 ha foi aberta, o que implica um grande investimento por trás. Observa-se que o número de operações planejadas é praticamente estável desde 2014, com mais ou menos 300 operações, mesmo com a redução da força de trabalho. O Ibama foi criado em 1989 e o primeiro concurso ocorreu em 2002. Diante da falta de recursos humanos, é preciso investir nas ações remotas. Citou a criação do Grupo de Combate ao Desmatamento da Amazônia e as ações remotas, como Controle Remoto, Contra-Fogo e Panóptico. Essas operações já trazem repercussão positiva. Em relação ao Cerrado, há previsão de realização de 87 ações de fiscalização. Citou a operação Shoyo no Cerrado do Matopiba, que multou as pessoas com plantios ilegais em áreas embargadas no Cerrado. O auto de infração não tem como objetivo arrecadar, mas sim promover um efeito pedagógico. Todo ilícito ambiental tem que ser cobrada a reparação de danos e apurar a responsabilidade no âmbito penal. É preciso, porém, que se renove o entendimento do PPCDAm de que o combate ao desmatamento não se restringe à fiscalização. É preciso engajamento de todos, o PPCDAm é uma política de estado, regulada por leis e decretos. Não são apenas as ações do Ibama e do ICMBio que vão segurar o desmatamento. Especialmente em anos eleitorais, os atores em campo se sentem empoderados para fazer desmatamento. Ano passado, mesmo em crise imobiliária, o desmatamento continuou. Frisou que é necessária a aproximação com o MAPA.

- O **Ministério da Fazenda** está aguardando a confirmação do fim do prazo do CAR, pois assim, o ministério pode avançar no controle do desmatamento por meio da restrição de crédito. Também há tratativas com o SFB sobre a regulamentação da CRA e o desenvolvimento do módulo no Sicar para viabilizar esse comércio. Houve um novo aumento no limite de financiamento em 10% para recuperação de área degradada no ABC.
- O **GSI** perguntou ao Ibama se há uma análise dos municípios com maior desmatamento em áreas de fronteira. Segundo o Ibama, os principais municípios com maior desmatamento não estão em área de fronteira.

7. Programa Municípios +

- O **MMA** informou que a proposta de controle dos municípios do desmatamento na Amazônia e no Cerrado vem no contexto do Decreto 6321/2007, dos municípios prioritários para combate ao desmatamento e monitorados. O MMA publicava anualmente essa lista de municípios prioritários como orientador para diversas iniciativas, como o próprio Fundo Amazônia. Essa medida causou retrocesso no desmatamento, mas também sinalizou para as instituições as áreas a serem priorizadas. No ano de 2017, o MMA atualizou a lista, mas apenas a lista de restrição não está mais surtindo o efeito desejado. Assim, com um olhar amplo, estratégico, de médio e longo prazo, o MMA pensa que fortalecer a governança local no município é importante para conter o desmatamento. Ou seja, é preciso que haja incentivos para os municípios não aumentarem seu desmatamento. Essa iniciativa é de direto interesse aos Planos e os membros é que podem contribuir com proposições e ideias para formular esses estímulos não só pela área ambiental. O MMA apresentou a proposta e seus objetivos. O MMA lembrou que a política de municípios prioritários era criticada porque os municípios que desmataram eram os que recebiam a ajuda do

5ª Reunião Conjunta das Comissões Executivas

Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAm

Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado

governo. Os municípios são muito diferentes entre si, uns possuem maior parte do território com áreas protegidas, também estão mais próximos das dinâmicas econômicas e políticas locais associadas ao desmatamento. O MMA tem feito reuniões com aqueles que elaboraram o decreto 6321 e com pesquisadores que avaliaram o efeito dessa política, buscando então seu aprimoramento. O MMA reforça a fala do Ibama de que o controle do desmatamento não pode ser buscado apenas pela fiscalização, pois se trata de desafio intersetorial. Hoje, a mensagem da lista é que somente com desmatamento o município chama a atenção dos incentivos. É preciso inverter e tornar o desmatamento uma desvantagem para o município. Foi apresentada proposta de um novo Decreto com critério de classificação dos municípios, que consiste em uma régua com dois indicadores: que desmata mais e quem conserva mais. Cada município seria avaliado em relação ao desmatamento recente e à porcentagem de remanescente florestal. Considerando a posição do município nestas duas escalas ele teria a possibilidade de acessar recursos para determinadas ações. Se o município tem alto desmatamento, as ações prioritárias seriam para diminuir o desmatamento enquanto que municípios com grandes remanescentes de vegetação poderiam acessar recursos para projetos de desenvolvimento sustentável, por exemplo. O MMA destacou também a importância de melhorar a comunicação com os municípios para que estes se engajem na redução do desmatamento.

- O **Ibama** informou que, sobre o alerta trimestral, já há um protótipo de boletim de desmatamento para os municípios. Esta pode ser uma contribuição do Ibama para os municípios, para o controle e transparência social do desmatamento.
- O **BNDES** afirmou que a iniciativa é muito boa e oportuna, pois tenta aprimorar a gestão municipal. A ideia do indicador é ótima, mas poderíamos tentar criar um indicador de natureza ambiental e de gestão pública. Hoje, esses indicadores seriam exógenos. Talvez considerar algumas informações de gestão pública que o MMA julgue querer incentivar, como existência de Fundo, técnicos na Secretaria de Meio Ambiente. Outro ponto, considerando a experiência dos Municípios Verdes, o simples contato do prefeito com o Estado já dá outro status, assim como idas do Ministro. Talvez seja interessante algo que não seja um Decreto, para testar, para não comprometer a credibilidade da política. Se geramos a política e não temos os meios, reduz-se a efetividade e a credibilidade.
- O **Censipam** disse que eles se envolveram em um projeto chamado Sipam Cidades. Todas as informações eram levadas aos municípios para capacitá-los. Por que ela não prosseguiu mesmo sendo bem desenhado? Alto custo de deslocamento de equipes, sem garantia de retorno da capacitação. Outro projeto do Censipam envolvia uma estruturação mais robusta para o combate ao desmatamento, mas houve um problema na assinatura do instrumento bilateral de cooperação.
- O MMA lembrou que o Censipam poderia liderar as iniciativas de ação global para prover serviços aos municípios. Há o decreto da Operação Arco Verde.
- A **Conab** sugeriu priorizar a PGPM-Bio nos municípios.
- O **SFB** mostra um alto desmatamento nos municípios com muita floresta, a concessão florestal veio para minimizar esse efeito, mas infelizmente ainda não há escala. Uma das questões a serem trabalhadas é sobre a arrecadação da concessão para os municípios. Há uma demanda por parte dos concessionários, que agrega valor aos municípios onde a concessão se estabelece, é enquadrar a concessão como agroindústria. A atividade de manejo é sazonal, demitindo funcionários na entressafra. Assim, minimizaria a sazonalidade do emprego na concessão. Talvez uma mera interpretação de uma norma da receita federal, que encara a silvicultura, desde que verticalizada, seja considerada agroindústria.
- O **MMA** perguntou sobre a possibilidade de, por ato do executivo, dimensionar Fundo de Participação dos Municípios condicionado à redução do desmatamento? Sim, por lei, proposta da Marina Silva, semelhante ao ICMS ecológico. O MF disse que tem o Confaz e lá tem isenções para

insumos para atividade florestal.

- O **ICMBio** disse que é preciso ter clareza sobre as políticas que serão aportadas nos municípios. É interessante a régua para o desmatamento, mas também uma régua de organização das políticas. Assim, é possível fazer uma avaliação do esforço institucional para tentar reduzir o desmatamento. Saber o esforço do município para não alocar dinheiro em algum lugar que não quer reduzir o desmatamento. O PPCDAm tem que tirar um encaminhamento para que os municípios sejam priorizados, por exemplo, via compensação ambiental e conversão de multas. Assim, induzimos que as instituições federais possam priorizar as políticas para esses municípios. A lista pode trazer essa previsão, talvez de modo mais incisivo, cobrando relatórios. O Comitê de Compensação Ambiental tem uma lista de unidades segundo critérios de impacto. Mas quem prioriza quais recebem o recurso é o comitê. Há um percentual de 20% quando o recurso da compensação supera R\$ 100 milhões. Priorizar os municípios da lista da Amazônia.
- A **Comissão** então considera que uma política de fortalecimento da gestão ambiental municipal é importante para redução do desmatamento.

8. Fortalecimento das Comissões Executivas

- O **MMA** informa que é preciso observar que as Comissões foram criadas em 2004 na ocasião do Decreto de 3 de julho, sob coordenação da Casa Civil. Em 2013, a coordenação passou ao MMA. O papel da Comissão é de monitoramento e de sugestões de medidas ao GPTI. Houve altos e baixos da comissão. Na fase 4, o MMA tem feito reuniões e levado conteúdos para deliberação. O que se tem observado, à luz de outras instancias de governança, é a necessidade de fortalecer o papel da comissão não só na Amazônia e no Cerrado, mas também nos outros biomas. Há um papel administrativo executivo de acompanhar os planos. Quais os caminhos para fortalecer a Comissão? Nesse processo, conversamos com o governo alemão para avançar numa cooperação técnica para fortalecer a governança do plano. Nesse processo de negociação de uma cooperação técnica, está previsto um total de 5 milhões de euros, foram identificados 5 componentes importantes do projeto: 1) papel de governança e comunicação; 2) componente da fiscalização; 3) cadeias de valor livres de desmatamento ilegal; 4) povos e comunidades tradicionais; 6) salvaguardas e potenciais. Falando em governança, pretendemos trazer maior engajamento com os estados e uma participação formal na Comissão. Comunicar melhor à sociedade sobre o que tem sido feito. Exemplo: resultados registrados no Balanço 2017. Salvaguardas é requisito de qualquer cooperação, alinhado com o componente de garantias e direitos dos povos e comunidades tradicionais. Possivelmente, no segundo semestre já inicia esse projeto de cooperação técnica. Identificamos que a Comissão esta no papel de relato, pelo poder limitado de monitoramento e sempre vinculado a planos de ação. A proposta é que haja uma Comissão não de execução de planos de ação, mas uma comissão para prevenção e controle da supressão da vegetação nos biomas brasileiros, com participação efetiva dos estados. Possibilidade de abrir a Comissão para a sociedade civil. Mandato normativo sem necessidade de aval dos ministros. Como isso se daria? Implica alterar o Decreto de 3 de julho de 2003. O foco da cooperação técnica é para a Amazônia.
- O **ICMBio** acha fundamental a participação do terceiro setor e concorda com a necessidade de reestruturação. Essa lógica será um incentivo para os estados participarem, pois seria um fórum deliberativo.
- O **MF** pergunta qual o papel da GIZ na cooperação técnica? O MMA informa que o projeto e a reestruturação são paralelos e independentes.

9. Discussão sobre o calendário de reuniões

- Datas para o ano de 2018: 21 de agosto e 20 de novembro

10. Outros assuntos e encaminhamentos gerais

- Marcar reunião de balanço do Amazônia Protege 2017 e discutir as ações para 2018 e o Cerrado Protege. (MMA, Ibama, ICMBio)
- Incluir na pauta apresentação da Serfal sobre o monitoramento do desmatamento nas áreas tituladas. Monitoramento das cláusulas resolutivas.
- Proposta de reunião bilateral do CENSIPAM com Ibama e ICMBio para disponibilizar imagens de radar com melhor resolução para apoiar as ações de fiscalização até julho de 2018.
- Secretaria Executiva disponibilizar as resoluções, o Balanço 2017 e as Memórias das reuniões no site do MMA <http://combateaodesmatamento.mma.gov.br/>
- ICMBio: ações de prevenção e controle dos incêndios florestais a ser apresentada na reunião de agosto.
- MMA: sugere que seja feita a apresentação das medidas tomadas em vista das recomendações. Membros enviam antes (data a ser pactuada) e a Secretaria Executiva consolida.

Brasília, 29 de maio de 2018

Secretaria Executiva do PPCDam e PPCerrado
Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento
Secretaria de Mudança do Clima e Florestas
Ministério do Meio Ambiente